

**Parecer nº 270/2021 – CGM**

**PROCESSO Nº 9/2019-00022-SRP**

**MODALIDADE:** Pregão Presencial

**CONTRATO:** 1158/2020

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos e aquisição de peças para os veículos pertencentes a frota desta Prefeitura.

**TERMO DE ADITIVO:** 2º TA referente a prorrogação contratual.

**REQUISITANTE:** Secretaria Municipal Infraestrutura-SEMINFRA.

**CONTRATADA:** Nacional Auto Peças Ltda-EPP



## **1. PRELIMINAR**

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

*“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.*

*§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”*

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

*“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:*

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;*



- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*  
*V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;*  
*VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;*  
*VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.”*

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

## **2. RELATÓRIO**

Trata-se do processo de formalização do 2º TA referente a prorrogação da vigência do Contrato nº 1158/2020 cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços elétricos e aquisição de peças para os veículos pertencentes a frota desta Prefeitura.

O 2º TA terá vigência até 30 de outubro de 2021.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento. Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 18/03/2021, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício 074/2021-Dep. de Transporte/SEMINFRA, com a Manifestação da Contratada;
- II. Ofício 090/2021-Dep. de Transporte/SEMINFRA;
- III. Documentação da Contratada (Certidões de regularidade);
- IV. Cópia do Contrato nº 1158/2020;
- V. Cópia do 1º TA nº 013/2021;
- VI. Minuta do 2º Termo de Aditivo;
- VII. Parecer Jurídico nº 207/2021-SEJUR/PMP.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

## **3. EXAME**

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o parecer jurídico onde foram citados os requisitos legais que amparam a celebração do Termo Aditivo.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.



Frente ao exame de todo o processo passa-se à conclusão.

#### **4. CONCLUSÃO**

Face ao exposto, considero a regularidade da formalização do 2º TA referente a prorrogação da vigência do Contrato nº 1158/2020 cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços elétricos e aquisição de peças para os veículos pertencentes a frota desta Prefeitura, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 18 de março de 2021.

  
**Keyla Carmem de Jesus Aragão de Souza**  
Controladoria Geral do Município